



Universidade de Brasília (UnB)
Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas - FACE
Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)
Bacharelado em Ciências Contábeis

ÉRICA SILVÉRIO RODRIGUES SILVA

EMPRÉSTIMOS DO BNDES: SERVIÇOS DE ENGENHARIA (1998-2015)

Brasília, DF
2019

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Eduardo Tadeu Vieira
Diretor da Faculdade Economia, Administração e Contabilidade

Professor Doutor Paulo César de Melo Mendes
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais

Professora Doutora Danielle Montenegro Salamone Nunes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis- Diurno

Professor Mestre Elivânio Geraldo de Andrade
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis- Noturno

ÉRICA SILVÉRIO RODRIGUES SILVA

EMPRÉSTIMOS DO BNDES: SERVIÇOS DE ENGENHARIA (1998-2015)

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências contábeis e Atuariais da Faculdade de Administração, Contabilidade, Economia, e Políticas Públicas da Universidade de Brasília, como requisito parcial à obtenção de título de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert

Brasília, DF
2019

SILVA, Érica Silvério Rodrigues.

Empréstimos do BNDES: Serviços de Engenharia

Érica Silvério Rodrigues Silva; Orientação: Marcelo Driemeyer Wilbert. Brasília- Universidade de Brasília, 2019, 38 p.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Driemeyer Wilbert.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia-Graduação) - Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração e Ciências contábeis e Gestão de Políticas Públicas - FACE.

Palavras-chave: BNDES; Empreiteiras; agência de crédito a exportação; internacionalização das empresas.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a toda a minha família, principalmente aos meus pais, por toda a paciência, carinho, amor que me fez conseguir concluir essa caminhada.

Ao professor Marcelo Driemeyer Wilbert, por ter me orientado, dado dicas necessárias para a conclusão desse trabalho.

A todos os meus amigos que deram o suporte necessário para concluir esse trabalho.

E por último a Deus, que me fez ter força para terminar essa caminhada.

RESUMO

O BNDES oferece uma linha de crédito para exportação para empresas de engenharia que querem exportar os seus serviços. O objetivo principal é avaliar a evolução e composição dos empréstimos do BNDES para exportação de serviços de engenharia no período de 1998 a 2015. O método utilizado foi estatística descritiva e análise de dados dos financiamentos dos anos, financiamentos por empresas, situação liquidada e ativa e percentual de participação de cada empresa no país receptor. A Odebrecht foi a empresa que mais apareceu, seguida de Andrade Gutierrez e Camargo Correa. Angola, Argentina Venezuela e República Dominicana foram os países mais recorrentes. A situação ativa da dívida aumentou depois de 2006.

Palavras-chave: BNDES; Empreiteiras; agência de crédito a exportação; internacionalização das empresas.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Resumo dos Estudos Aplicados	13
Quadro 2 – Dados Utilizados	15

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Concessão de Empréstimos de Serviços de Engenharia Pós-Embarque	17
Gráfico 2 – Situação do Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque (situação liquidada e ativa)	18
Gráfico 3 - Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque por Empresa e Acumulado no período de 1998 a 2015	19
Gráfico 4 - Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque por País de Destino (Acumulado de 1998 a 2015)	21
Gráfico 5 - Participação das Empresas de Engenharia na Angola	23
Gráfico 6 - Participação das Empresas de Engenharia na Argentina	24
Gráfico 7 - Participação das Empresas de Engenharia na República Dominicana	24
Gráfico 8 - Participação das Empresas de Engenharia na Venezuela	25

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Empréstimos a Exportação de Serviço de Engenharia Por Empresa e Percentual de 1998 a 2015	19
Tabela 2 - Empréstimos a Exportação de Serviço de Engenharia Por Empresa e Percentual por subperíodos (1998-2006) e (2007-2015)	20
Tabela 3 - Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque por País de Destino (Percentual por subperíodos)	22

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Pré-embarque – financiamento à produção para exportação	07
Figura 2 - Pós-embarque – financiamento à comercialização no exterior: Supplier credit	08
Figura 3 - Pós-embarque – financiamento à comercialização no exterior: Buyer credit	08
Figura 4 - Distribuição dos Empréstimos de Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque para o período 1998-2006 (% do total)	22
Figura 5 - Distribuição dos Empréstimos de Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque para o período 2007-2015 (% do total)	23

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	3
2.1 Desenvolvimento Econômico e o BNDES	3
2.2. Agências de Crédito à Exportação	4
2.3 Empréstimos do BNDES ao Exterior	6
2.3.1 Prazos, taxas de juros e garantias	9
2.4 Estudos Aplicados.....	10
3. METODOLOGIA.....	15
3.1 Dados.....	15
3.2 Métodos.....	15
4. ANÁLISE DE RESULTADOS.....	16
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	25
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	26

1 INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) trabalha com uma linha de crédito específica para empresas que têm interesse em exportar seus serviços. Para a contratação do empréstimo a empresa deverá ater-se a dois critérios: mão-de-obra e produtos utilizados que devem ser produzidos no território nacional. Essa foi uma maneira encontrada pelo banco para aquecer a economia brasileira, gerando emprego e renda.

Quando essa modalidade começou a ser ofertada, a maioria dos desembolsos era feito para bens de capital, até meados de 2003. Após isso, com o início do governo Lula, o enfoque mudou e começou apoiar obras de infraestruturas em países vizinhos. Nesse momento grandes empreiteiras buscavam ajuda do BNDES para realizar obras nesses países. Com isso, as obras de infraestrutura ultrapassaram os bens de capitais. O avanço da concessão dos empréstimos obrigou o banco abrir uma sede em países como Inglaterra e Uruguai.

A seleção dos países de destino estava bem clara, de acordo com a então nova política adotada pelo BNDES. O governo Lula foi eleito com a promessa de uma maior integração com os países sul-americanos e assim a cumpriu. Além disso, tinha em mente se aliar com países que estavam em desenvolvimento o que favoreceu o continente africano. Nas escolhas das empresas havia o critério de amparar as companhias que buscavam a internacionalização de suas marcas, porém, com o decorrer do tempo, pôde perceber que empresas já consagradas no ramo foram as mais beneficiadas.

Nesse sentido, o objetivo do estudo é avaliar a evolução e composição dos empréstimos do BNDES para exportação de serviços de engenharia no período de 1998 a 2015, por meio de estatística descritiva.

A principal motivação da realização deste trabalho foi um relatório produzido pelo TCU e demonstrar para a sociedade em geral, de uma forma transparente, como está a situação da dívida obtidas pelos países e empresas, expor as empreiteiras e países que mais obtiveram desembolsos.

O trabalho, além da introdução, tem mais quatro seções. A seção 2 aborda o referencial teórico, que está dividido em 4 subseções. A primeira subseção relata sobre o desenvolvimento econômico, a origem e objetivos do BNDES; a segunda retrata sobre agências de créditos à exportação e seus principais objetivos; a terceira subseção apresenta os tipos de empréstimos concedidos ao exterior pelo BNDES e suas taxas de juros, prazos e garantias; a última subseção traz estudos já realizados sobre a internacionalização de empresas brasileiras com o apoio do BNDES.

A seção 3 explana sobre a metodologia utilizado no trabalho, como também apresenta os dados utilizados.

A seção 4 refere-se a análise de resultado e discussões sobre os dados coletados.

E por fim, a seção 5 que apresenta as referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Econômico e o BNDES

O desenvolvimento econômico não tem uma definição amplamente aceita. Há duas correntes: uma teórica e a outra empírica. A primeira corrente considera o crescimento como sinônimo para o desenvolvimento, enquanto a segunda acredita que o crescimento é essencial para o desenvolvimento, mas não considera como sinônimo (SOUZA, 2012).

A corrente teórica surgiu para confrontar com as ideias mercantilistas, a partir do século 18, na França e na Inglaterra. A partir desse momento, passaram a se preocupar mais com o crescimento e com o desenvolvimento econômico do que com o poder econômico e o poder bélico da nação. A teoria ganha força com Adam Smith, conhecido como pai da economia moderna, nesse meio tempo ele tenta procurar fatores que influenciam na formação da riqueza nacional; explicar como opera o mercado e entender como aumentar o tamanho do mercado, reduzir os custos e conseqüentemente gerar lucros, para assim, aumentar a distribuição de renda e a oferta de emprego. Segundo essa corrente, o desenvolvimento ocorre com o aumento de trabalhadores ativos sobre os inativos; pela redução do desemprego e aumento da renda média da população (SOUZA, 2012).

Segundo Souza (2012), a corrente empírica surgiu no século 19, a partir das flutuações econômicas. O desenvolvimento, nessa época, estava emparelhado com a distribuição, passando a ser frisado nos países. Com isso, ocorreu uma onda de inovações, que deu uma larga vantagem a países mais ricos e conseqüentemente industrializados, o que os tornavam um grupo pequeno. Desse modo, a economia nesses países teve um crescimento mais acelerado em detrimento dos demais. Porém quando uma crise ocorre, seja ela por desconfiança ou por saturação do mercado, o nível de atividade cai, fazendo as empresas demitirem os empregados por não haver mais demanda para o segmento, obrigando uma intervenção do governo para que as falhas sejam corrigidas (SOUZA, 2012).

Em 1930, a questão sobre o desenvolvimento econômico ganhou um novo capítulo a partir da aplicação da Contabilidade Nacional, que surgiu da teoria keynesiana. Com o auxílio dela, começaram a utilizar a renda per capita para comparar os países e classificá-los entre ricos e pobres. Mas não apenas isso foi utilizado, outros indicadores surgiram, como o nível analfabetismo, taxa de natalidade e mortalidade, agricultura sendo atividade principal, crescimento econômico instável, baixa produtividade e entre outros, e o termo subdesenvolvimento foi aderido para países considerados pobres. (SOUZA, 2012)

Na América Latina, a corrente empírica surgiu em meados da década de 40 e 50. Os economistas começaram a preparar uma maneira de captar recursos de países desenvolvidos e concretizar o plano de desenvolvimento para os países. Eles tinham em mente que cada país deveria se especializar em uma produção de bens, recusando o processo de industrialização. Mas o Brasil, México e Índia, obtiveram êxito na política de industrialização por substituição (ISI). Sendo assim, os países industrializados, que perderam participação no mercado interno, viram nesses países um meio de voltar a crescer abrindo filiais. Com esse impulso, Brasil e México fortaleceram o desenvolvimento industrial, com multinacionais recebendo os mesmos incentivos que empresas nacionais (SOUZA, 2012).

Com o desenvolvimento econômico e sob a perspectiva que o mercado se regularia de forma própria, surgiram as falhas de mercado, que mostram na realidade que existem fatores externos que impedem que o mercado seja ótimo, como a: existência de bens públicos; a falha de competição que se reflete na existência de monopólios naturais; as externalidades; os mercados incompletos; as falhas de informação e a ocorrência de desemprego. Essas circunstâncias demonstram que precisa de um planejador central, que intervém quando a economia precisa (GIAMBIAGI E ALÉM, 2011).

De acordo Giambiagi e Além (2011), “os bens públicos são aqueles cujo consumo/uso é indivisível ou não rival”. Ou seja, esses bens podem ser usufruídos por toda população, todos os indivíduos que compõem a sociedade têm o direito de uso, sem distinção – o que não permite a precificação do produto – e naturalmente não tem um concorrente. Mas é justamente isso que causa um problema para o governo. Para o mercado funcionar de uma forma correta, o princípio da exclusão deve ser aplicado, isto é, quando determinado produto só pode pertencer aquele indivíduo caso tenha pago um preço por ele.

Outra falha a ser levada em consideração é a existência de monopólios naturais, que dependendo do mercado é melhor uma empresa ofertar um bem. Desta forma, quando há um mercado pequeno, não tem a necessidade de um grande número de companhias produzindo o bem em questão, isso só serviria para aumentar os custos e diminuir a produção porque não tem demanda suficiente. Quando isso ocorre o governo poderá intervir de duas formas: exercer o poder de regulação, impedindo que as empresas pratiquem um preço abusivo; ou pode se responsabilizar pela produção do bem (GIAMBIAGI E ALÉM, 2011).

Outro ponto que pode justificar a intervenção Estatal são as externalidades, que podem ser negativas ou positivas (ações que prejudicam os indivíduos/empresas ou beneficiam, respectivamente). O Estado pode intervir de diversas maneiras, como por exemplo: da produção

direta ou indireta de subsídios, gerando externalidades positivas; multas ou impostos, desestimulando externalidades negativas; e regulamentação (GIAMBIAGI E ALÉM, 2011).

Conforme Giambiagi e Além (2011), há também a ocorrência de mercados incompletos, na ocasião em que o bem ainda não é ofertado, embora seus custos estejam abaixo do que os consumidores queiram pagar. Essa definição é inversa ao mercado completo que oferta qualquer bem. Isso ocorre principalmente porque o mercado não quer assumir riscos, mesmo tendo consumidor para o bem. Nos países em desenvolvimento, por exemplo, poucos empreendimentos da iniciativa privada no Sistema Financeiro ou no Mercado de Capitais querem emprestar quantias a longo prazo, sendo necessário a intervenção do governo na concessão desse crédito.

Pode ocorrer também do mercado não divulgar as informações suficientes para tomada de decisão dos consumidores, nesse caso o Estado precisa intervir através de uma legislação para ter uma maior transparência nas informações, mas essa informação não beneficia apenas o consumidor em geral, mas todos os agentes econômicos (GIAMBIAGI E ALÉM, 2011).

O livre mercado também traz problemas como o alto índice de desemprego e inflação, com isso o Estado precisar interferir criando políticas que faz o sistema funcionar da melhor maneira possível, mantendo o nível de emprego e preços (GIAMBIAGI E ALÉM, 2011).

Para exatamente suprir a falta de um mercado que ofertasse crédito a longo prazo para empresários e para realizar projetos prioritários para desenvolvimento econômico, o governo brasileiro criou em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). O banco nasceu da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (CMBEU). O BNDE só ganhou o S de “Social” na sigla em 1980 (BNDES, 2018).

O objetivo do BNDES é apoiar empreendedores de todos os portes, incluindo as pessoas físicas, sempre tendo em vista a potencial geração de renda e emprego no Brasil, por isso o banco não faz distinção e investe em todos os segmentos da economia brasileira. O auxílio pode ocorrer por meio de financiamentos, subscrição de valores imobiliários, prestação de garantia e concessão de recursos que não precisam ser reembolsáveis por ter caráter social, cultural e tecnológico (BNDES, 2017).

A decisão para a concessão de financiamento não é feita de uma forma convencional, o banco avalia qual impacto socioambiental e econômico terá o projeto no Brasil. Incentiva a inovação, o desenvolvimento regional e socioambiental. Só pode usar esses critérios de seleção por ser uma empresa pública que não visa necessariamente o lucro. O banco também tem uma linha diferenciada para micro, pequenas e médias empresas (faturamento de até R\$ 300 milhões). Há também linhas para agricultura familiar, saneamento básico, educação, saúde e

transporte urbano. O BNDES poderá agir em situações de crises econômicas, sendo essencial para a retomada do crescimento da economia (BNDES, 2017).

2.2 Agências de Crédito à Exportação

Segundo Catermol (2008) o meio oficial de um país começar a inserção internacional das empresas é as chamadas agências de créditos à exportação (*Export Credit Agencies – ECA*). As ECAs podem ser instituições públicas ou privadas que funcionam a partir do governo e não é uma concorrência as instituições financeiras (CATERMOL e LAUTENSCHLAGER, 2010). O principal objetivo é proporcionar que empresas nacionais possam competir internacionalmente, o que seria inviável sem as ECAs. Normalmente a atuação dessas agências é em nichos de mercado, em grande parte é voltada para a exportações de bens/serviços do país.

Ainda de acordo com Catermol (2008), as agências do Canadá e Japão têm parcelas superiores a 15% das exportações. Essas instituições oferecem apoios que normalmente não podem ser encontrados no setor privado. No Brasil, o BNDES é principal fonte desse recurso e um dos principais do mundo. As agências de créditos podem realizar o apoio oferecendo financiamentos, garantias, linhas de créditos, participação acionária, estudo de viabilidade de projetos e serviços de inteligência de mercado.

Ao oferecer apoio a internacionalização, as agências não focam apenas na exportação de bens e serviços, mas também expandir e tornar as empresas nacionais fortes internacionalmente, ou seja, estas possuem um papel importante no desenvolvimento econômico do país, tendo como objetivo também gerar renda e emprego. Um dos diferenciais é auxílio a pequenas, micro e médias empresas, que usualmente possuem um risco elevado que o mercado privado não está querendo assumir. Porém, essas agências possuem um risco político alto, devido a baixa oferta de créditos e longos prazos de amortização. (CATERMOL, 2008)

2.3 Empréstimos do BNDES ao Exterior

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) financia empresas brasileiras que pretendem exportar bens e serviços ao exterior. O empréstimo só é concedido a companhias que comprovarem que os recursos serão desembolsados em mãos-de-obra contratadas e materiais produzidos e comprados no Brasil. Segundo o BNDES, essa medida impede que as empreiteiras comprem os produtos em outros países que geralmente

possuem menores custos, assim fomentando a economia brasileira. De acordo com informações contidas no site, apenas 9% dos projetos exportados recebem o apoio da instituição. O pagamento do principal acrescido com os juros (dólar/euro) será realizado pela empresa ou país que importou o bem (BNDES, 2018).

O BNDES oferece duas modalidades de financiamento: pré e pós-embarque, que têm três e quatro linhas de créditos, respectivamente (BNDES, 2018).

Na modalidade pré-embarque a empresa exportadora solicita o financiamento a um agente financeiro que seja parceiro do BNDES. Esse agente intermediará a negociação entre o exportador e o banco. Após a homologação, o recurso será enviado para o agente financeiro e ele o disponibilizará para o cliente. A instituição financeira ficará responsável por receber os pagamentos e então repassar para o BNDES. Nesse caso o agente e o BNDES ficam o risco de crédito. O funcionamento da modalidade pré-embarque é ilustrado na Figura 1 (BNDES, 2018).

Figura 1 – Pré-embarque – financiamento à produção para exportação



Fonte: BNDES (2018).

São três tipos de financiamento pré-embarque:

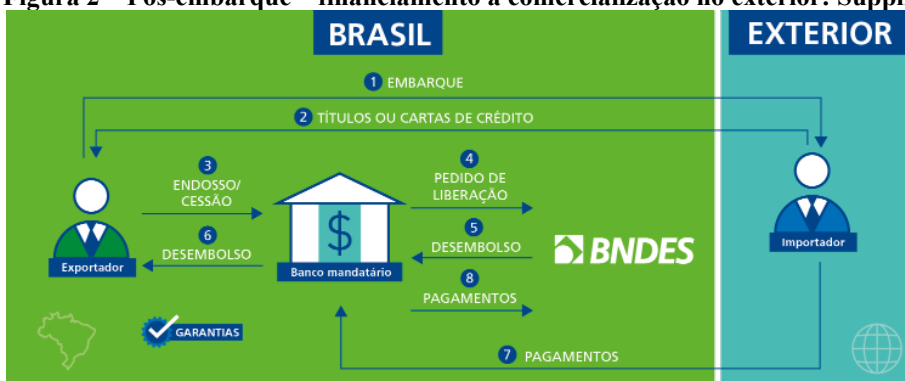
- BNDES Exim Pré-embarque: Financiamento a empresas que exportam a produção de bens.
- BNDES Exim Pré-embarque Empresa Âncora: Financiamento para exportação de bens que seja feito por intermédio de uma empresa âncora.
- BNDES Exim Pré-embarque Empresa Inovadora: Financiamentos a empresas inovadoras para exportação de bens de capital, bens de consumo e TI. Os produtos deverão ser obrigatoriamente produzidos no país.

Na modalidade pós-embarque, o BNDES vai antecipar o valor que a empresa exportadora vai receber do importador estrangeiro. O desembolso é feito em reais, no próprio

Brasil, e a partir desse momento o importador será responsável pelo pagamento da dívida ao BNDES. Esta operação entre o banco e o importador será intermediada por uma instituição financeira mandatária, ela ficará responsável por receber e enviar o valor já convertido em reais. A comercialização é feita por duas modalidades operacionais: *supplier* ou *buyer credit* (BNDES, 2018).

O *supplier credit* é um refinanciamento por meio do desconto de títulos. Nele o importador passa ao exportador a carta de crédito, letras de câmbios ou notas promissórias. Esses títulos deverão ser cedidos e endossados ao BNDES, após serem descontados, o valor será repassado ao exportador. Como demonstrado na Figura 2 (BNDES, 2018).

Figura 2 – Pós-embarque – financiamento à comercialização no exterior: Supplier credit



Fonte: BNDES (2018).

O *buyer credit* é geralmente utilizado em operações mais complexas. O BNDES financia diretamente ao importador, com anuência do exportador. Nesse modelo os recursos são desembolsados ao exportador, no Brasil e em reais. Assim como no *supplier credit* o pagamento é feito ao BNDES por um banco mandatário. Como comprovado na Figura 3 (BNDES, 2018).

Figura 3 - Pós-embarque – financiamento à comercialização no exterior: Buyer credit



Fonte: BNDES (2018).

São quatro tipos de financiamento pré-embarque:

- BNDES Exim Pós-embarque Bens: Financiamento à exportação de bens nacionais.
- BNDES Exim Pós-embarque Serviços: Financiamento à exportação de serviços nacionais.
- BNDES Exim Pós-embarque Aeronaves: Financiamento à exportação de aeronaves e motores aeronáuticos.
- BNDES Exim Automático: Financiamento à comercialização de bens brasileiros por intermédio de instituições financeiras do exterior.

2.3.1 Prazos, taxas e garantias

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) define a taxa de juros, prazos e garantias de acordo com a modalidade que a empresa exportadora se enquadra. Nas operações de Pré-embarque, a taxa de juros é composta pelo Custo Financeiro (TFB, TLP ou LIBOR), Taxa do BNDES (1,2% a.a; 1,45% a.a) e Taxa do Agente financeiro (negociada entre a instituição e o cliente). Isso ocorre tanto para micro, pequena, média e grandes empresas. A única diferença está no Custo Financeiro de grandes empresas que não pode ser utilizada a TFB (Taxa Fixa do BNDES). A participação do BNDES também varia de acordo com o porte da companhia, de micro a médias empresas, a participação é de até 100% do valor, expresso em dólares ou euros, enquanto de grandes empresas até 80% do valor. O prazo do financiamento para MPME (Micro, pequenas e médias empresas) é de 3 anos, das grandes empresas varia de 3 a 4 anos. A amortização da dívida pode ser feita em parcela única ou em parcelas mensais. Enquanto as garantias devem ser negociadas entre a instituição financeira e o cliente. Para MPME, tem a possibilidade de usar o BNDES FGI (Fundo Garantidor do Investimento) (BNDES, 2018).

Nas linhas de Pós-embarque Bens e Serviços, a taxa de juros é composta pelo Custo Financeiro (LIBOR ou *US Treasury Bonds* ou *Euro Area Yield Curve* ou EURIBOR), a Remuneração do BNDES (mínimo 9% a.a. – é definida pelo BNDES em cada operação) e a taxa de risco de créditos (a ser definida conforme a estrutura da operação e a política de crédito vigente). A participação é até 100% do valor da exportação, o prazo de até 15 anos e as garantias podem ser as pré-definida pelo BNDES (seguro de crédito à exportação com cobertura do Fundo de Garantia a Exportação; garantia bancária; carta de crédito emitida por instituição financeira no exterior; Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos) ou outras garantias que

devem ser definidas na análise da operação. E por último tem a adição de outros encargos e despesas. É cobrada a comissão de administração do BNDES que é até 1% flat sobre o valor do contrato, pago pelo devedor ao BNDES. Também tem a remuneração do banco mandatário que é até 1% flat sobre o valor de cada parcela paga, valor devido pelo exportador. O Encargo por compromisso é de até 0,5% a.a., valor que incide sobre o saldo que não foi amortizado, pago pelo devedor ao BNDES. E por fim as despesas incorridas do início até o final das negociações serão de responsabilidade do exportador ou devedor (BNDES, 2018).

2.3 Estudos aplicados

O trabalho de Garcia (2011) observou o papel do BNDES na economia brasileira e como ajudou na internacionalização das empresas brasileiras. Segundo a autora, a importância do banco em recursos é extremamente importante, não apenas para a economia brasileira. A partir de 2005 o volume de crédito do BNDES aumentou em 391%, superando até mesmo o Banco Mundial. Em 2010 disponibilizou US\$ 96,32 bilhões, enquanto o Banco Mundial cedeu 18,6 bilhões. A maior parte do fundo de captação do BNDES vem do Tesouro Nacional, de impostos e contribuições públicas, mas também consegue recursos no mercado externos, bancos estrangeiros, agências de fomentos de outros países e do próprio Banco Mundial. A grande virada para internacionalização foi o governo Lula, que primeiro criou uma linha de crédito específica para empresas que pretendiam exportar seus bens/serviços, mas desde que estas contribuem para o desenvolvimento do país.

O outro momento crucial segundo Garcia (2011) foi a abertura de filiais no exterior em 2009. Aberta em Londres, o BNDES Limited é uma empresa que tem o objetivo de ter participação acionária em outras companhias. Também pode captar recursos no mercado e nas agências financeiras, isso possibilita emprestar a empresa brasileiras diretamente do exterior. O BNDES ainda abriu uma filial no Uruguai para maior integração com o MERCOSUL.

Garcia (2011) argumenta também que as empreiteiras se envolveram em grandes problemas nas construções nos países importadores. Por exemplo, a Odebrecht na construção de uma hidrelétrica no Equador apresentou falhas graves o que gerou uma série de transtornos para a população deixando boa parte sem energia elétrica. Na Bolívia, a Queiroz Galvão deixou fissuras nas estradas e passou essas obras para outra empresa brasileira a OAS, que mais tarde foi acusada de corrupção e fraude no processo de licitação. Outra obra da OAS na Bolívia causou problemas mais graves, o planejamento da estrada passava por terras indígenas o que gerou um grande conflito entre locais e o governo boliviano.

O TCU (2014) realizou uma auditoria do BNDES sobre os financiamentos de exportação de serviços de engenharias. As obras são as mais variadas, inclui um grande conjunto de hidrelétricas, gasodutos, metrô, redes de transmissão de energia e de distribuição de gás, principalmente no continente africano. Mesmo na crise de 2009, os grandes projetos de infraestruturas continuaram. Um achado importante da auditoria foi os contratos cancelados que chegaram a US\$ 450 bilhões nos últimos 10 anos.

No estudo o TCU (2014) apontou que a Construtora Odebrecht contratou a maior parte dos financeiros, mais 80% nos últimos anos. A empreiteira juntamente com a Camargo Correa, Andrade Gutierrez e OAS correspondem a 2,4% do mercado mundial de serviço de engenharia. Com isso o Brasil conseguiu dobrar a sua participação, mesmo com as empresas chinesas expandindo sua atuação nos mercados africanos e sul-americanos.

Verifica-se também o benefício que esses financiamentos trazem para o Brasil, segundo o relatório, as exportações contribuem positivamente para o saldo da Balança de Serviços do País (TCU, 2014). Por fim, concluiu que os financiamentos tem concentração em poucos beneficiados. Odebrecht (81,8%), Andrade Gutierrez (9,6%), Queiroz Galvão (5%), Camargo Correa (1,6%) e OAS (1%). Essas empresas foram responsáveis por 140 operações, sendo 86 destinadas a Angola, representando (61,4%).

Fischer (2016) analisa os financiamentos realizados pelo BNDES para a internacionalização de empresas brasileiras, durante o período de 2005-2010, para tal análise utilizou levantamento bibliográfico e uso de fontes de dados secundários. O estudo constatou 27 operações internacionais financiadas pelo BNDES e ainda identificou que a maior parte foi realizada por empresas do setor alimentício ou agronegócio. Destacou também que a política externa do governo Lula foi um marco para o financiamento internacional, porque teve uma maior integração com América Latina, já que ela foi destacada na pesquisa como sendo o destino principal para os investimentos do Brasil no exterior.

Fischer (2016) conclui em sua pesquisa que ocorreu uma mudança interna no período de 2005-2010. O BNDES passou a fazer um maior desembolso e incluiu a internacionalização de empresas. Nesse momento o banco voltou a ter a retomada pelo desenvolvimento, o qual foi objetivo de sua criação e estava fora das discussões no período anterior a 2002.

Oliveira (2016) realizou um estudo sobre a atuação do BNDES nas relações exteriores durante o governo Lula (2003-2010), nesse período foi destacado o aumento do desembolso realizado pelo banco que chegou ao montante de US\$ 79 bilhões. A partir de 2003 percebe-se uma mudança na gestão, no modo da concessão de financiamentos visando aumentar a competitividade das empresas brasileiras em nível internacional. Com isso pode constatar que as

empresas de grande porte foram as mais beneficiadas, dispondo de 70% dos financiamentos concedidos a época. Em seguida aparece as microempresas (12,8%), na sequência vem as médias empresas (8,1%), as pequenas empresas aparecem em 4º lugar com 6,1% e por último média-grande empresa com 2,8%

Ainda segundo Oliveira (2016), a modalidade de Pós-embarque teve mais destaque na concessão de recursos, que foram destinados principalmente para bens de capital e para obras de infraestrutura. Até meados de 2003, o enfoque dos financiamentos do banco era bens de capital alcançando o valor de US\$ 2.595.996 no ano de 2002. Mas a partir de 2007 os empréstimos destinados a obras de infraestrutura ultrapassaram a categoria de bens de capital, atingindo a marcar de US\$ 100 milhões de desembolsos. Os principais destinos desses financiamentos é outro ponto a ser destacado, a América do Sul aparece em primeiro lugar, corroborando com uma das metas do governo Lula, que teria uma maior integração com países vizinhos e em segundo para aparece o continente africano, em especial a Angola que a partir de 2007 obteve uma crescente nos financiamentos concedidos.

Oliveira (2016) conclui que o BNDES foi responsável pela expansão das empresas brasileiras no exterior, principalmente as empreiteiras. Observou também que algumas empresas com um certo renome internacionalmente foram responsáveis pela maior parte dos desembolsos, dentre elas a Odebrecht, Andrade Gutierrez e Camargo Córrea.

O estudo de Goes (2017) focou no financiamento do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior. No trabalho, a autora divide a sua análise em duas partes. Na primeira ela apresenta os dados sobre o financiamento do BNDES para obras e serviços no exterior, efetuadas entre os períodos 2002-2016. Na segunda, ressalta a concentração de obras feitas pela Odebrecht na Angola. Na análise observaram-se os valores das obras em cada país, ainda destacando o direcionamento do dinheiro. Na Costa Rica, o valor de US\$ 44,2 milhões foi para a construção de uma hidrelétrica e casa de máquina. Na Guatemala, foram gastos US\$ 280 milhões na reabilitação e ampliação da rodovia central americana. Em Honduras, o valor de US\$ 145 milhões, foi destinado a continuidade do corredor logístico. Ambos foram executados pela construtora OAS e considerados pontuais, por terem sido feitos por um único contrato em 2013. Cabem destacar países como Argentina, República Dominicana, Venezuela e Angola que detêm mais de US\$ 2 bilhões em financiamentos em cada país. Na Argentina, a Odebrecht ficou responsável pela maior parte de um projeto de ampliação de um gasoduto, recebeu também financiamento para construir uma planta de tratamento e sistema de distribuição de água.

Ainda segundo Goes (2017), a Odebrecht foi a responsável pela maior parte das obras realizadas na República Dominicana, com valor de quase US\$ 2 bilhões. Juntando os financiamentos feitos por Andrade Gutierrez e Queiroz Galvão se alcança um valor de US\$ 2,6 bilhões. Na Venezuela três empresas atuaram no país, sendo a Camargo Córrea, Odebrecht e Andrade Gutierrez. E por fim, nos financiamentos feitos para obras e serviços entre 2007 – 2015 na Angola foram gastos quase US\$ 4 bilhões. E ainda não há informações sobre dados anteriores a 2003. Assim, Goes (2017) conclui que a Odebrecht foi a empresa que mais realizou financiamentos para obras no exterior e a Angola foi o país em que o dinheiro esteve mais concentrado.

Hansen (2017) fez um estudo sobre a evolução do financiamento a projetos de exportação de bens e serviços de infraestrutura por empresas brasileiras, a partir de uma análise descritiva, quantificou a evolução da carteira de financiamentos, analisando as destinações e garantias oferecidas. Analisou nos períodos de 1998-2016, 154 operações totalizando 575 desembolsos para 13 países em 2 continentes. Observou que 33% do montante foi destinado a países do Continente Africano (Angola, Gana e Moçambique), 20% para Costa Rica, Cuba, Guatemala e Honduras e 47% para países da América do Sul. Também constatou um aumento a partir de 2003 nos números de financiamentos, isso decorreu de uma mudança na política externa do governo brasileiro. Nos períodos entre 2007 e 2014 houve um aumento no número de financiamentos para países do continente africano e na América do Sul.

O Quadro 1 apresenta o resumo dos estudos aplicados revisados.

Quadro 1 – Resumo dos Estudos Aplicados.

Trabalho	Objetivo	Dados/Variáveis	Método	Principais resultados	Palavras-chave
Garcia (2011)	Papel do BNDES na economia brasileira e na internacionalização de empresas nacionais.	Financiamentos do BNDES a empresas; Financiamentos por setor produtivo.	Estatística Descritiva	Grandes obras saíram	
TCU (2014)	Analisar linhas de crédito de financiamento à exportação de serviços de engenharia e construção de infraestrutura a ente público estrangeiro.	Financiamentos do BNDES a países; Financiamento do BNDES a empresas; Garantias ofertadas; Taxas de juros	Observação direta; análise de dados	Poucas empresas beneficiadas; as externalidades geradas;	
Fischer (2016)	Desvendar como se deu a atuação do BNDES no	Empresas que obtiveram financiamentos do	Estatística Descritiva	O maior desembolso foi feito a JBS; JBS,	Banco Nacional de Desenvolvimento e

	processo de internacionalização das empresas.	BNDES; Posição no Ranking de Transnacionalidade das empresas; Total de desembolso do BNDES para internacionalização;		Marfrig e Bertin juntas possuem 86%; Clara concentração da JBS-Friboi nos três setores da empresa.	Social (BNDES); Internacionalização de empresas brasileiras; Financiamentos para internacionalização.
Oliveira (2016)	O papel do BNDES na internacionalização das empresas brasileiras durante o governo Lula (2003-2010)	Financiamentos do BNDES a empresas entre 2003-2010; Portes das empresas tomadoras de financiamentos; Desembolsos por categoria de uso; Destino das exportações	Teórico-metodológico marxista-gramsciano do Estado.	Expansão das empresas brasileiras; Concentração de desembolsos a empresas de grande porte e conhecidas internacionalmente; América do Sul e Angola maior destino das exportações	
Goes (2017)	Levantar reflexões sobre os dados do BNDES para obras e serviços no exterior; a presença da Odebrecht na Angola	Financiamento total do BNDES; Financiamento total por empresa; Percentual de financiamento na Angola; Empresas atuantes na Angola.	Estatística Descritiva	A Odebrecht foi a empresa que liderou a participação no financiamento;	Financiamento do BNDES; Angola; Odebrecht; Brasil
Hansen (2017)	Apresentar a evolução do financiamento a projetos de exportação de bens e serviços de infraestrutura por empresas brasileiras, com financiamento do BNDES a partir de 1998.	Projetos de financiamento à infraestrutura destinados a membros do Aladi com garantia do CCR; Projetos de financiamento à infraestrutura destinados a membros do Aladi com garantia do SCE/FGE; Projetos de financiamento à infraestrutura destinados a países do continente americano não membros da Aladi; Projetos de financiamento à infraestrutura destinados a países do continente africano.	Estatística Descritiva	9 projetos foram amparados pela CCR; 45 projetos tiveram garantia o FCE/FGE; 33% dos valores foram para o continente africano; 20% América central e 47% América do sul.	Infraestrutura. Projetos de exportação. BNDES. CCR. FCE/FGE.

Fonte: Elaboração própria.

3. METODOLOGIA

O objetivo do estudo é avaliar a evolução e composição dos empréstimos do BNDES para exportação de serviços de engenharia no período de 1998 a 2015, por meio de estatística descritiva.

3.1 Dados

Os dados utilizados foram retirados do site do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O trabalho analisa os períodos entre os anos de 1998-2015, sobre exportação de bens/serviços pós-embarque, já que a base de dados não disponibiliza dados para anos mais recentes (Quadro 2). Os dados disponíveis estão expressos em dólares americanos.

Quadro 2 – Dados utilizados.

Variável	Descrição	Fonte
Financiamento anual	O montante do financiamento por ano de concessão.	BNDES (2019d)
Financiamento por país	Valor do financiamento destinado aos países	BNDES (2019d)
Dívida Liquidada	Valor do financiamento liquidado	BNDES (2019d)
Dívida Ativa	Valor do financiamento ainda ativo	BNDES (2019d)
% de participação de cada empresa no país receptor	A participação das empresas nos países que tiveram a maior percentagem do financiamento	BNDES (2019d)

Fonte: Elaboração própria.

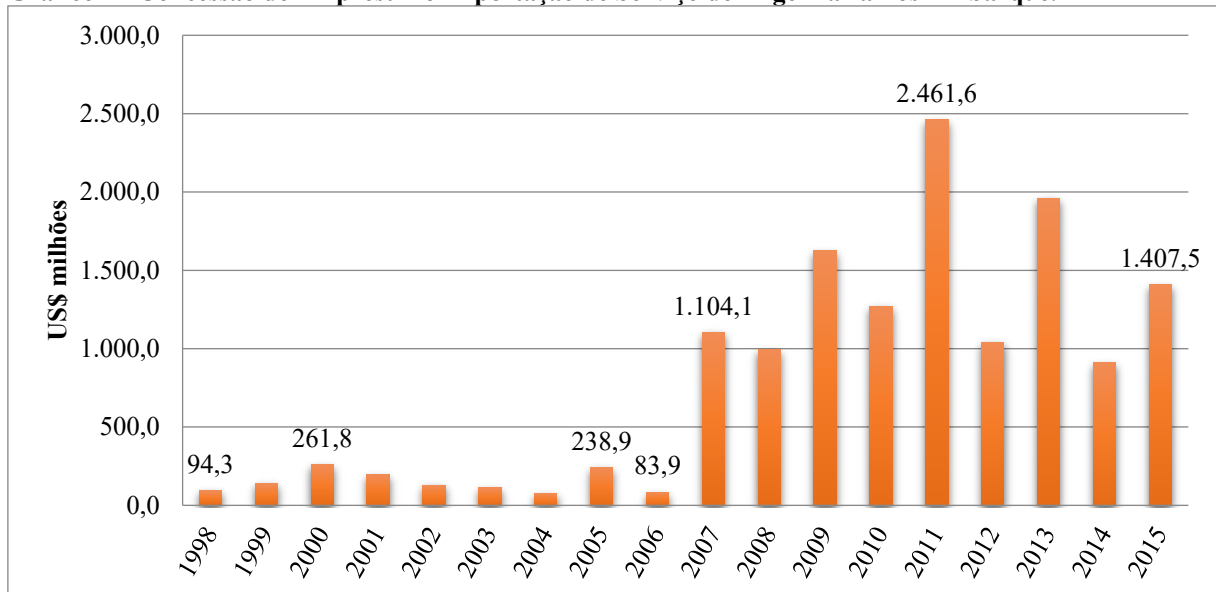
3.2 Método

Os dados foram analisados por meio de estatística descritiva, com a elaboração de gráficos e tabelas.

4. ANÁLISE DE RESULTADOS

O Gráfico 1 apresenta a evolução dos empréstimos para exportação de serviços de engenharia pós-embarque. Pode-se observar uma diferença de padrão entre o período de 1998 a 2006 e o período de 2007 a 2015. No primeiro período, de 1998 a 2006, os valores oscilaram entre US\$ 78,0 milhões e US\$ 261,8 milhões. Já no segundo período, a partir de 2007, os valores foram muito maiores, oscilando entre US\$ 911,1 milhões e US\$ 2,5 bilhões. Reforçando o estudo de Hansen (2017) que afirma que a partir do ano de 2007 houve um aumento nos números de financiamentos e isso foi devido, principalmente, a maior concessão a países africanos e sul americanos.

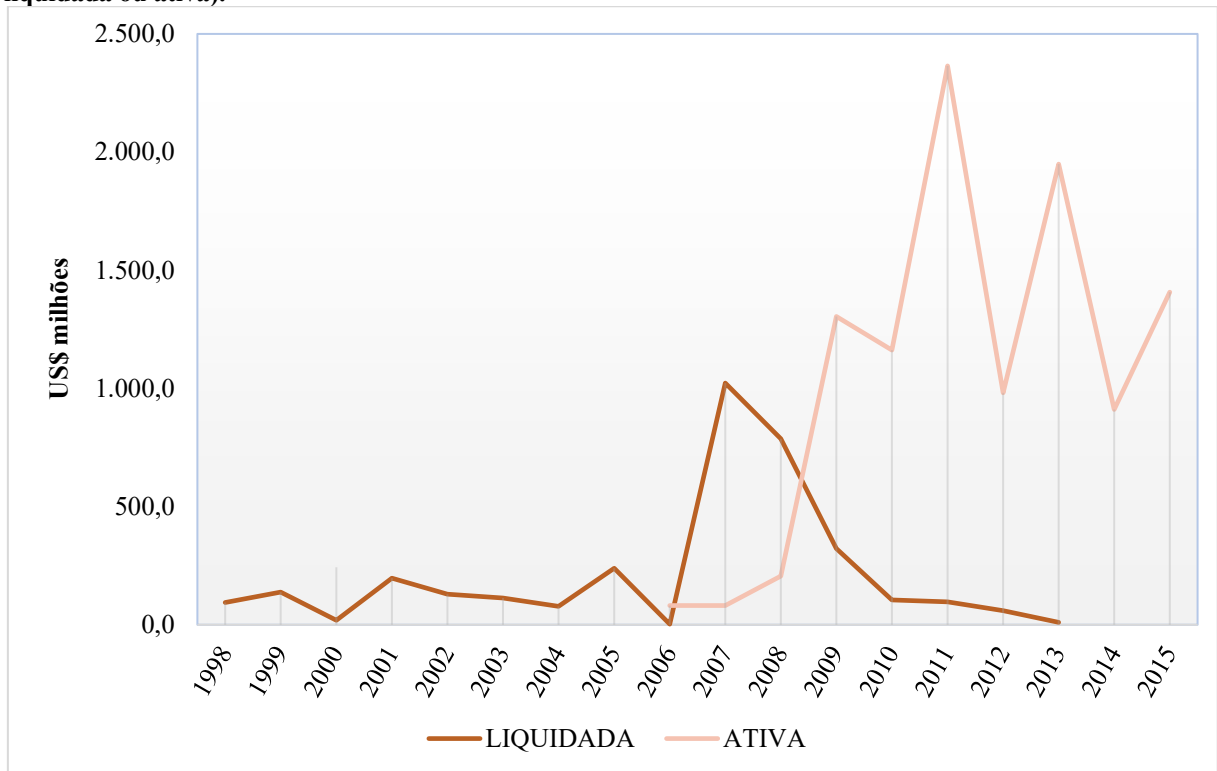
Gráfico 1 - Concessão de Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque.



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018)

O Gráfico 2 demonstra a movimentação entre a situação liquidada e ativa da dívida. Pode-se observar que os empréstimos tomados de 1998 a 2005 foram todos liquidados e no decorrer dos anos percebe-se que a liquidação dos empréstimos foi diminuindo, resultando em um aumento da situação ativa a partir de 2006, atingindo o seu ápice em 2011. A partir de 2013 não houve mais pagamentos.

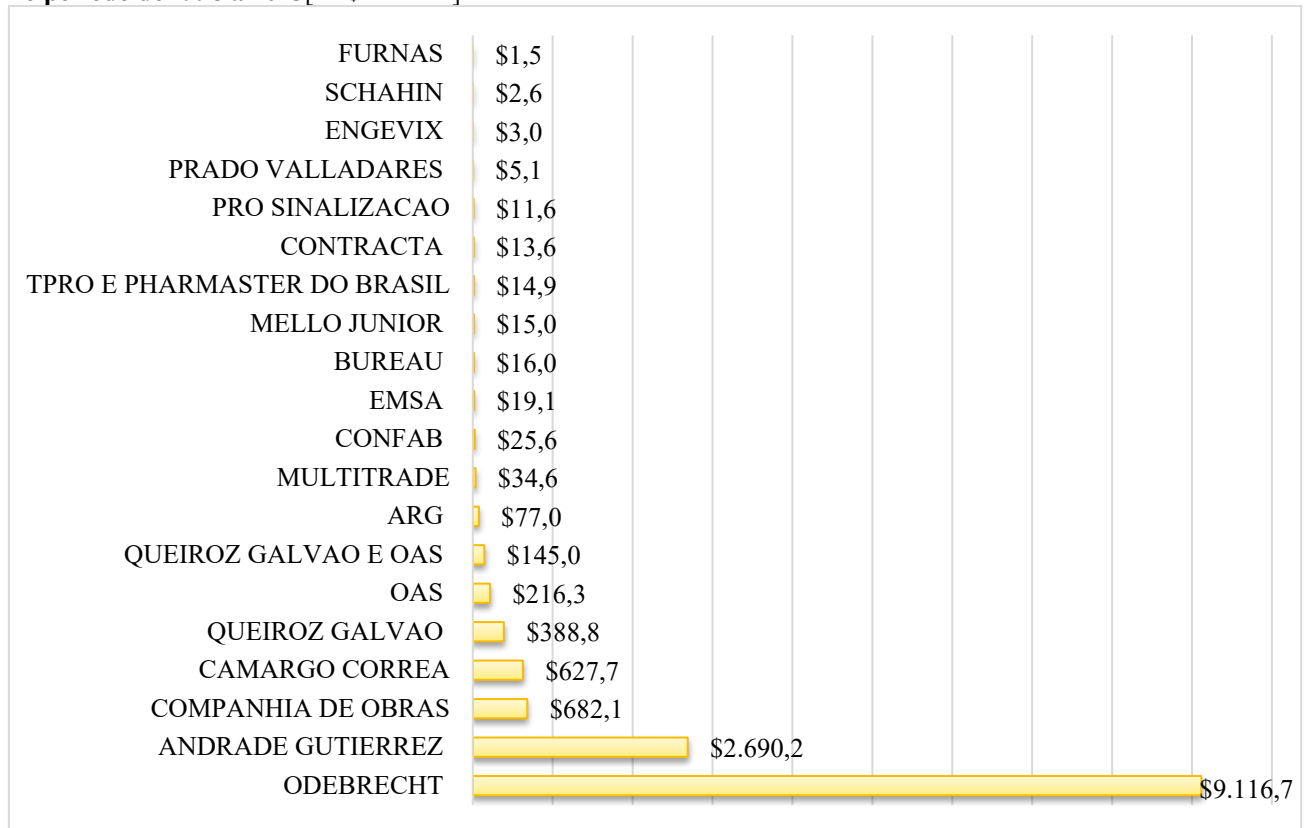
Gráfico 2 – Situação do Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque (situação liquidada ou ativa).



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

O Gráfico 3 apresenta a soma dos empréstimos do BNDES para exportação de serviço de engenharia entre 1998 a 2015 por empresa. Pode-se observar que as empresas Odebrecht e Andrade e Gutierrez foram as que receberam os maiores valores no período. Indo de acordo com o estudo de Goes (2017), que demonstrou que a empresa Odebrecht foi a que mais recebeu financiamentos, sendo responsáveis por grandes obras nas maiorias dos países.

Gráfico 3 - Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque por Empresa e Acumulado no período de 1998 a 2015[US\$ milhões].



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

A Tabela 1 mostra o percentual que cada empresa de engenharia tem sobre o total dos empréstimos, corroborando com o gráfico apresentado acima. Dos \$ 14.106.326.825,20 emprestados pelo BNDES, a Odebrecht pegou 64% desse valor, movimento mais da metade do montante. Junto com a Andrade Gutierrez, elas foram responsáveis por mais de 80% dos empréstimos tomados.

Tabela 1 – Empréstimos a Exportação de Serviço de Engenharia Por Empresa e Percentual de 1998 a 2015

Empresa	Valor [US\$ milhão]	Percentual
ODEBRECHT	9.116,7	64,6%
ANDRADE GUTIERREZ	2.690,2	19,1%
COMPANHIA DE OBRAS	682,1	4,8%
CAMARGO CORREA	627,7	4,4%
QUEIROZ GALVAO	388,8	2,8%
OAS	216,3	1,5%
QUEIROZ GALVAO E OAS	145,0	1,0%
ARG	77,0	0,5%
MULTITRADE	34,6	0,2%
CONFAB	25,6	0,2%
EMSA	19,1	0,1%
BUREAU	16,0	0,1%
MELLO JUNIOR	15,0	0,1%

TPRO ENGENHARIA E PHARMASTER	14,9	0,1%
CONTRACTA	13,6	0,1%
PRO SINALIZACAO	11,6	0,1%
PRADO VALLADARES	5,1	0,0%
ENGEVIX	3,0	0,0%
SCHAHIN	2,6	0,0%
FURNAS	1,5	0,0%
Total	14.106,4	100%

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

Pode-se constatar por intermédio da tabela 2, o percentual dos empréstimos tomados pelas empresas de engenharia entre os períodos de 1998-2006 e 2007-2015. Percebemos que em ambos os períodos, a empresa Odebrecht foi responsável pelo maior percentual de financiamentos concedidos. Em seguida aparece a Andrade Gutierrez, que aparece em segundo lugar nos dois subperíodos. Somando as duas elas foram responsáveis por movimentar em 1998-2006, 89,865% do valor e nos períodos entre 2007-2015 foram encarregadas por gerir 83,217% da quantia financiada. As demais empresas foram responsáveis por movimentar menos de 20% do valor em todos períodos.

Tabela 2 – Empréstimos a Exportação de Serviço de Engenharia Por Empresa e Percentual por subperíodos (1998-2006) e (2007-2015)

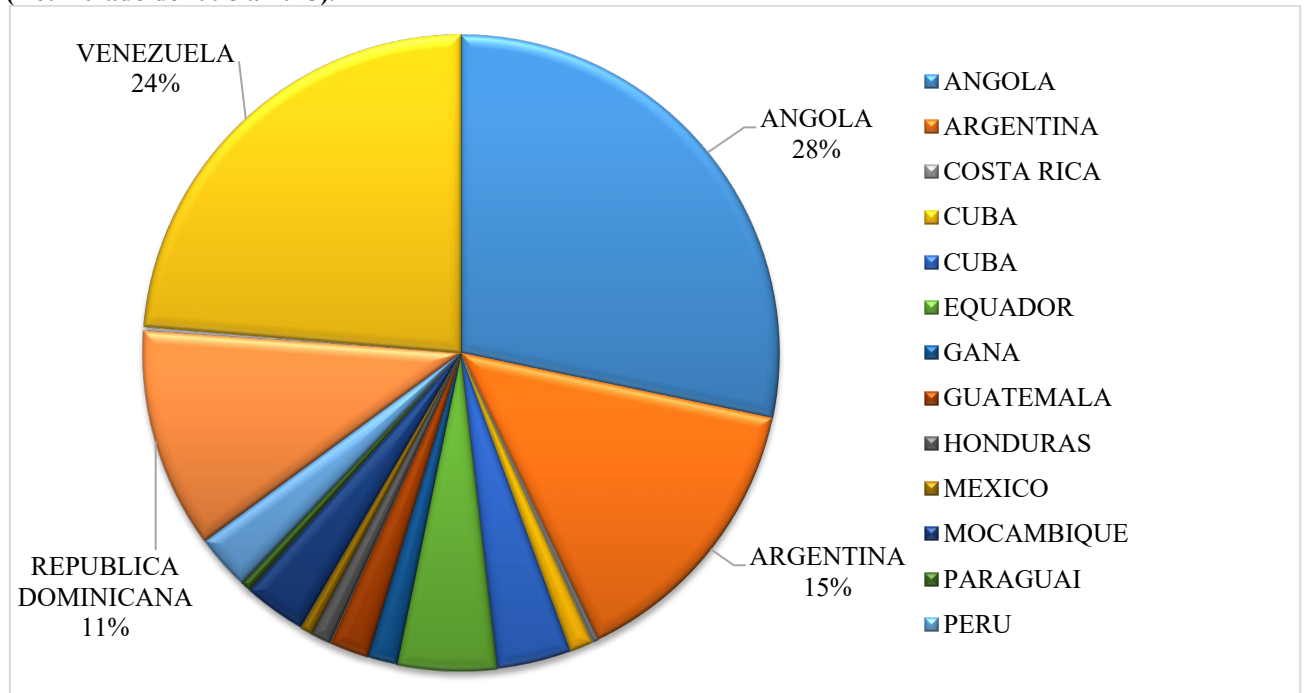
Empresa	1998-2006	Percentual	2007-2015	Percentual
FURNAS	\$ 1,5	0,1%	-	-
SCHAHIN	\$ 2,6	0,2%	-	-
ENGEVIX	\$ 3,0	0,2%	-	-
PRADO VALLADARES	-	-	\$ 5,1	0,0%
PRO SINALIZACAO	\$ 11,6	0,9%	-	-
CONTRACTA	-	-	\$ 13,6	0,1%
TPRO ENGENHARIA E PHARMASTER	-	-	\$ 14,9	0,1%
MELLO JUNIOR	-	-	\$ 15,0	0,1%
BUREAU	-	-	\$ 16,0	0,1%
EMSA	-	-	\$ 19,1	0,2%
CONFAB	\$ 2,6	0,2%	-	-
MULTITRADE	\$ 34,6	2,6%	-	-
ARG	\$ 77,00	5,9%	-	-
QUEIROZ GALVAO E OAS	-	-	\$ 145,0	1,1%
OAS	-	-	\$ 216,3	1,7%
QUEIROZ GALVAO	-	-	388,8	3,0%
CAMARGO CORREA	-	-	\$ 627,7	4,9%
COMPANHIA DE OBRAS	-	-	\$ 682,1	5,3%
ANDRADE GUTIERREZ	\$ 258,4	19,7%	\$ 2.431,8	19,0%

ODEBRECHT	\$ 920,0	70,2%	\$ 8.196,7	64,2%
Total	\$ 1.334,3	100%	\$ 12.772,0	100%

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

Avaliando os países destino dos empréstimos de exportação de serviço de engenharia pós-embarque (Gráfico 4), constata-se que os quatro maiores recebedores no período de 1998 a 2015 foram Angola (28%), Venezuela (24%), Argentina (15%) e República Dominicana (11%), alcançando uma participação conjunta de 78% dos empréstimos concedidos no período. Esse resultado vai em consenso com o estudo de Goes (2007), demonstrando que esses países foram responsáveis por movimentar mais de US\$ 2 bilhões cada.

Gráfico 4 - Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque por País de Destino (Acumulado de 1998 a 2015).



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

A Tabela 3 mostra o percentual dos empréstimos destinados a países nos anos de 1998-2006 e 2007-2015, demonstrando que Angola, Argentina, República Dominicana e Venezuela, destino da maior parcela dos empréstimos, tiveram o maior percentual nos anos de 2007 a 2015. Mas no primeiro subperíodo, Equador e República Dominicana tomaram 65,495% dos financiamentos da época e pode-se observar que Angola não contratou financiamento nesse período. Podemos perceber que os países africanos em 1998-2006 também não tiveram movimentação nos empréstimos tomados. Enquanto nos anos de 2007-2015, movimentaram cerca de 36,422%.

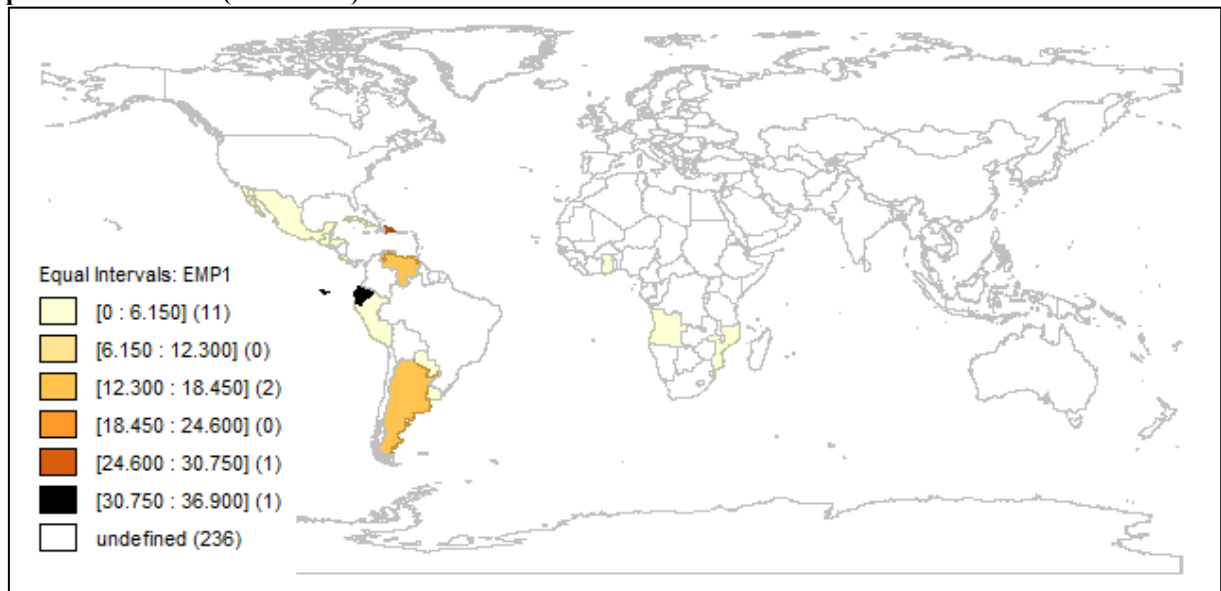
Tabela 3 – Empréstimo Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque por País de Destino (Percentual por subperíodos)

Países	1998-2006	Percentual	2007-2015	Percentual
ANGOLA	-	-	\$ 3.990,9	31,2%
ARGENTINA	\$ 174,0	13,0%	\$ 1.887,7	14,8%
COSTA RICA	-	-	\$ 44,2	0,3%
CUBA	-	-	\$ 696,9	5,5%
EQUADOR	\$ 485,5	36,4%	\$ 227,2	1,8%
GANÁ	-	-	\$ 215,8	1,7%
GUATEMALA	-	-	\$ 280,0	2,2%
HONDURAS	-	-	\$ 145,0	1,1%
MÉXICO	-	-	\$ 90,0	0,7%
MOÇAMBIQUE	-	-	\$ 445,0	3,5%
PARAGUAI	\$ 77,0	5,8%	-	-
PERU	-	-	\$ 398,7	3,1%
REPÚBLICA DOMINICANA	\$ 388,4	29,1%	\$ 1.189,9	9,3%
URUGUAI	\$ 23,9	1,8%	\$ 7,0	0,1%
VENEZUELA	\$ 185,5	13,9%	\$ 3.153,6	24,7%
Total	\$ 1.334,3	100%	\$ 12.772,0	100%

Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

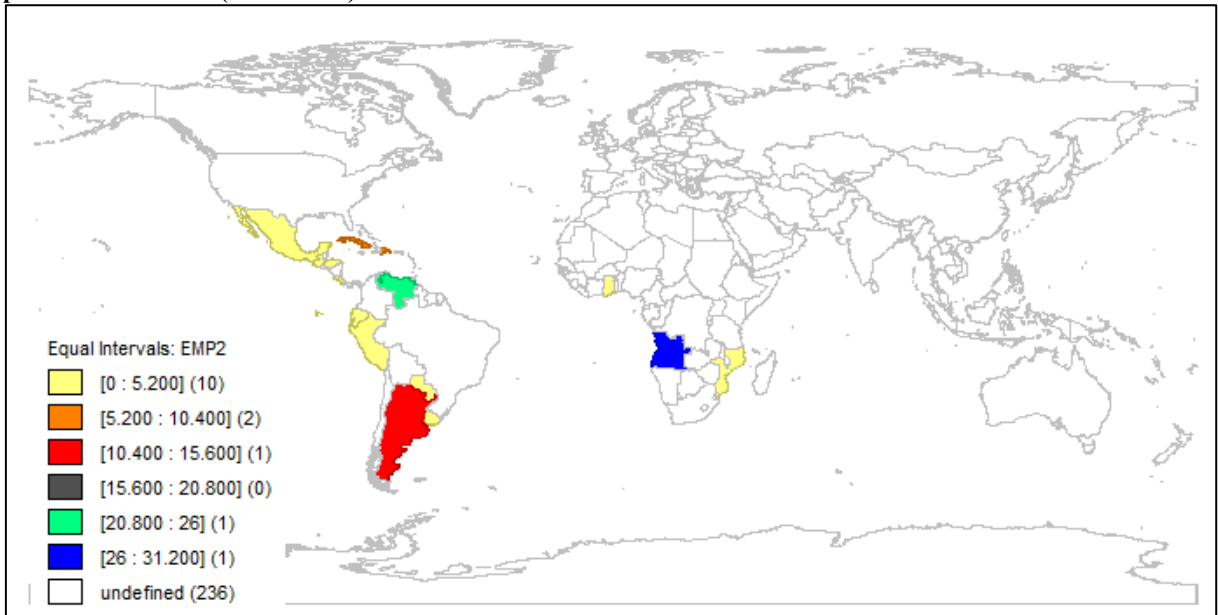
As Figuras 4 e 5 ilustra a distribuição dos Empréstimos de Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque em termos percentuais.

Figura 4 – Distribuição dos Empréstimos de Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque para o período 1998-2006 (% do total).



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2019d).

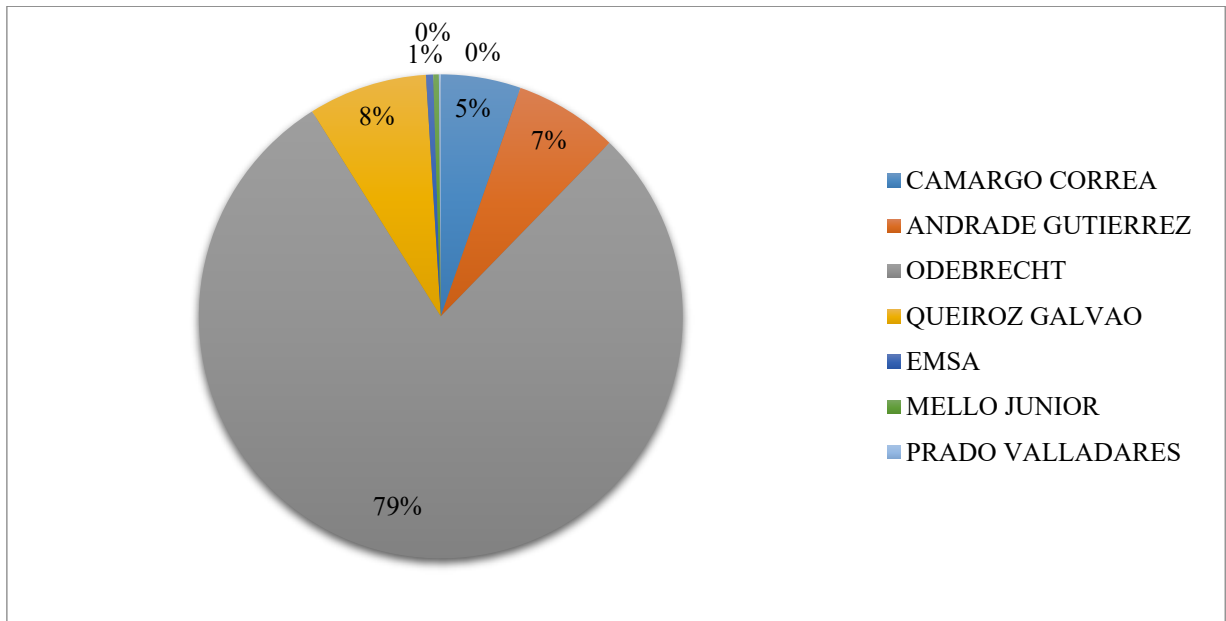
Figura 5 – Distribuição dos Empréstimos de Exportação de Serviço de Engenharia Pós-Embarque para o período 2007-2015 (% do total).



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2019d).

O Gráfico 5 mostra que a Odebrecht (79%), Queiroz Galvão (8%), Andrade Gutierrez (7%) e Camargo Correa (5%) tem maior participação na Angola.

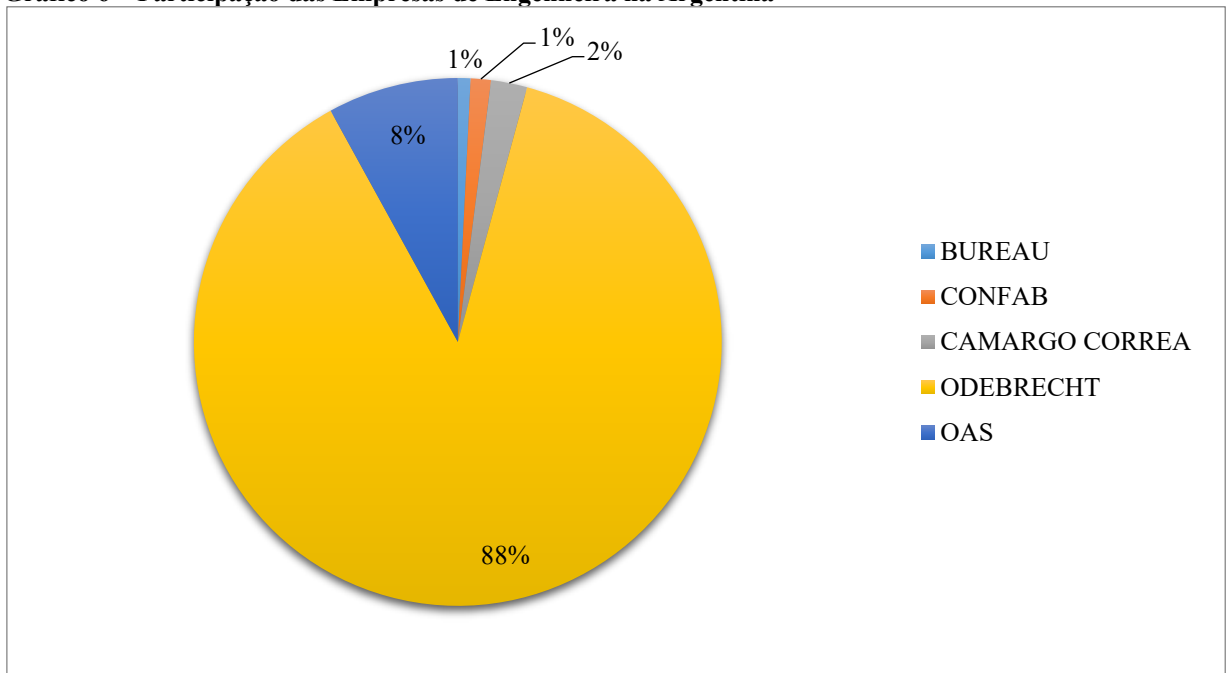
Gráfico 5 – Participação das Empresas de Engenharia na Angola



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

O Gráfico 6 mostra que a Odebrecht (88%) e OAS (8%) têm maior participação na Argentina.

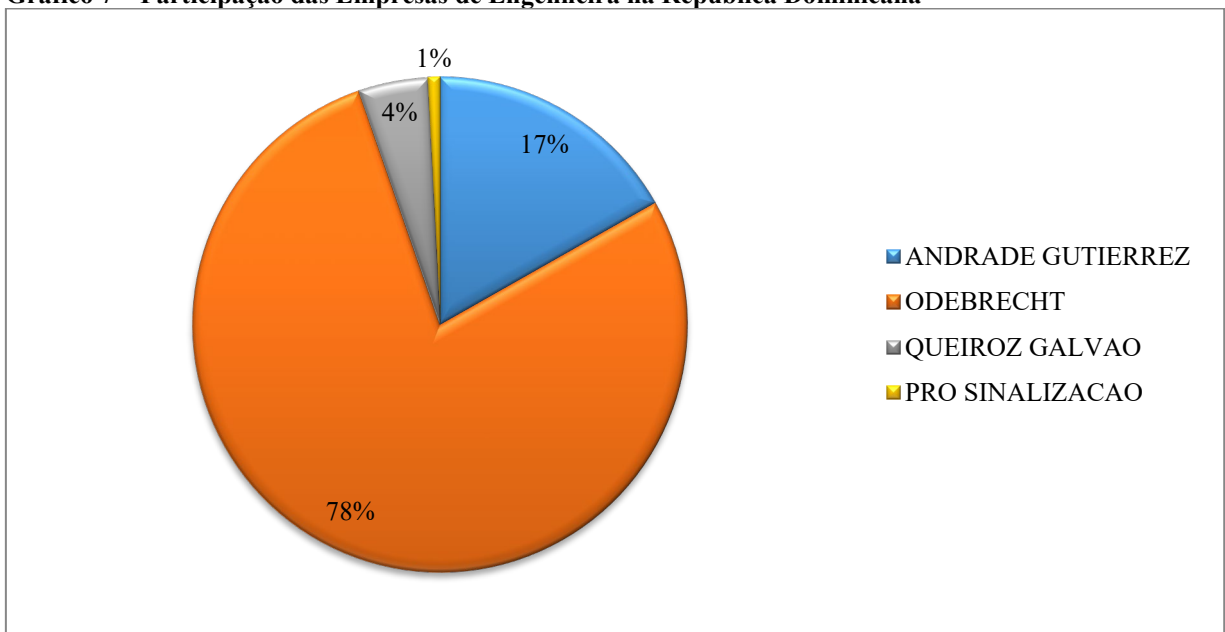
Gráfico 6 – Participação das Empresas de Engenharia na Argentina



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

O Gráfico 7 mostra que a Odebrecht (78%) e Andrade Gutierrez (17%) tem maior participação na República Dominicana.

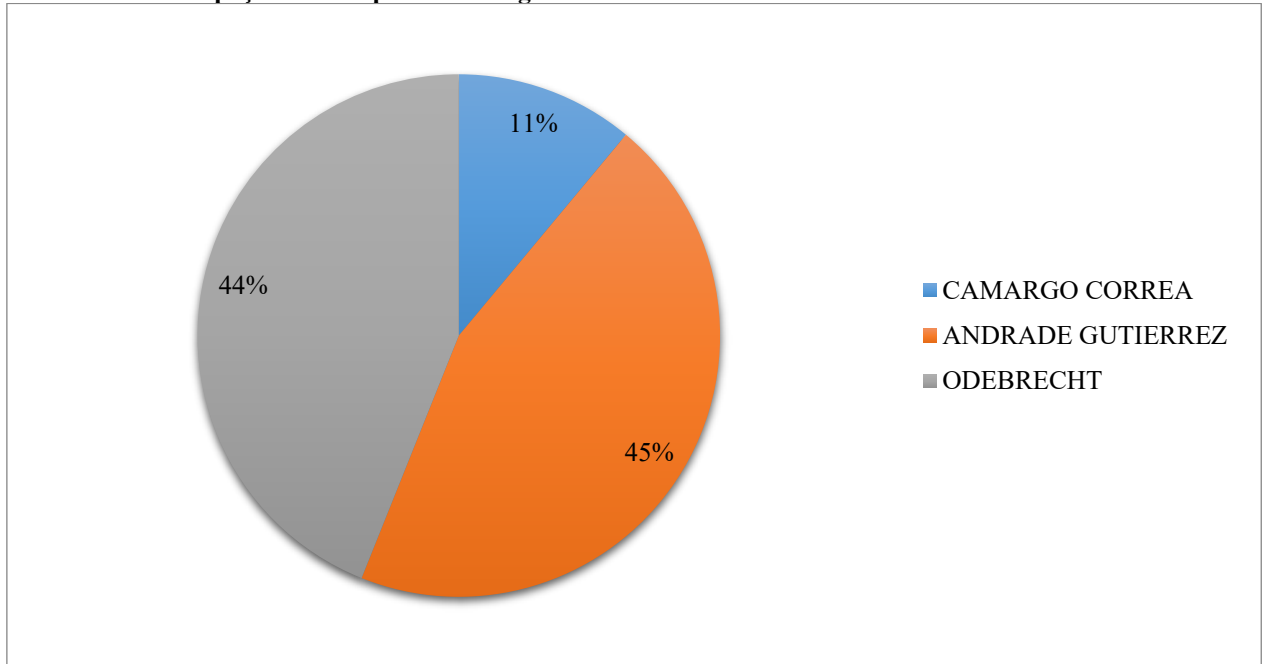
Gráfico 7 – Participação das Empresas de Engenharia na República Dominicana



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

O Gráfico 8 mostra que a Andrade Gutierrez (45%), Odebrecht (44%) e Camargo Correa (11%) tem maior participação na Venezuela, sendo esse o país que possui o maior equilíbrio entre as empresas.

Gráfico 8 – Participação das Empresas de Engenharia na Venezuela



Fonte: Elaboração própria com base em BNDES (2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho tem como objetivo analisar a evolução e composição dos empréstimos do BNDES para exportação de engenharia nos períodos de 1998 a 2015. Buscou entender como funciona a concessão desses empréstimos, a situação da dívida, o volume dos empréstimos concedidos a cada empresa, a destinação dos empréstimos em subperíodos.

Primeiramente, constatou-se o nível de crescimento da concessão dos empréstimos, chamou atenção que a partir de 2007, os valores desembolsados aumentaram em US\$ 1.020,2 bilhões. Isso ocorreu por detalhe de uma mudança na política de financiamento do BNDES. Outro ponto que chamou atenção foi a situação da dívida liquidada e ativa. Até 2006 repara-se que todas as dívidas nesse período foram liquidadas. E nesse mesmo ano as dívidas ativas começaram a aumentar. Sendo que em 2013 não houve mais liquidação das dívidas.

A Odebrecht (64,6%), Andrade Gutierrez (19,1%), Companhias de Obras (4,8%) e Camargo Correa (4,4%) foram as responsáveis por movimentar maior parte do montante disponibilizados para esse tipo de operação. Nos dois subperíodos analisados (1998 – 2006) e (2007-2015), a Odebrecht sempre teve maior percentuais de desembolsos.

No período analisado observou-se que Angola (28%), Venezuela (24%), Argentina (15%) e República Dominicana (11%) foram os principais destinos dos empréstimos concedidos, indo de acordo com a política de integração que o governo Lula pretendia impor. A Odebrecht aparece como a principal empreiteira na maioria desses países, menos na Venezuela que a Andrade Gutierrez aparece em primeiro lugar.

As principais deficiências encontradas foram as informações disponibilizadas pelo BNDES que se encontram desatualizadas. No site do banco encontra apenas empréstimos concedidos até 2015, o que impede uma análise sobre a atual situação desses financiamentos, se houveram novas liquidações ou até mesmo concessões. Observa-se também uma dificuldade para o entendimento da escolha das taxas de juros e prazos.

Sugere-se para pesquisas futuras a divulgação de dados recentes, bem como uma melhor transparência do critério para taxas de juros e prazos, sendo assim possível fazer uma análise dos dados mais fidedignas por se tratar de dados recentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Criação do BNDES: um olhar histórico.** Disponível em <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/conhecimento/noticias/noticia/65_anos>. Acesso em: 11 abr. 2019^a.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Como funciona o apoio à exportação.** Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/exportacao/como-funciona-apoio-exportacao>>. Acesso em: 11 abr. 2019c.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Quem somos.** Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acesso em: 11 abr. 2019b.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **Operações de exportação pós-embarque – serviços de engenharia.** Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/centraldedownloads>>. Acesso em: 11 abr. 2019d.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES). **O crédito oficial à exportação no contexto de crise: experiências internacionais e o BNDES.** Disponível em: <<http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2981>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

CATERMOL, Fabrício; LAUTENSCHLAGER, Alexandre. O crédito oficial à exportação no contexto de crise: experiências internacionais e o BNDES. **Revista do BNDES**, Rio de Janeiro, n. 34, p. 5-52, dez. 2010

CATERMOL, Fabrício. Agências de Crédito à Exportação: O Papel de Instituições Oficiais no Apoio à Inserção Internacional de Empresas. **Revista do BNDES**. Rio de Janeiro, v. 15, n. 30, p. 5-38, dez 2008.

FISCHER, Juliana Maria. **O BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL (BNDES) E O FINANCIAMENTO PARA INTERNACIONALIZAÇÃO DE EMPRESAS BRASILEIRAS (2005-2010)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011. 499 p.

GARCIA, Ana S. BNDES e a expansão internacional de empresas com sede no Brasil. *In*: GARCIA, Ana S. **Políticas públicas e interesses privados: a internacionalização de empresas brasileiras e a atuação internacional do governo Lula**. 2011. Doutorado (Parte da tese de doutorado) - Doutorado, [S. l.], 2011. GOES, Fernanda Lira. **Financiamento do BNDES para obras e serviços de empresas brasileiras no exterior**. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=30077&Itemid=1. Acesso em: 16 maio 2019.

HANSEN, Gabriela Birk. **Garantias no Financiamento de Projetos de Exportação de Infraestrutura pelo BNDES: Uma Análise das Concessões no Período de 1996 a 2016**. 2017. Dissertação (Mestre em Gestão e Negócios) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS, Porto Alegre, 2017.

OLIVEIRA, Alexandre Lourenço de. O BNDES como ator das relações exteriores brasileiras durante o governo Lula (2003-2010). **Revista brasileira de geografia econômica**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 08, p. 5-38, outubro. 2016.

SOUZA, Nali De Jesus De. **Desenvolvimento econômico**. 6 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2012. 305 p.

Tribunal de Contas da União (TCU). **Relatório do TCU**. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/83/a7/ec/6e/70625510f5e781552a2818a8/034.365-2014-1%20_bndes-exporta__o_.pdf. Acesso em: 23 mai. 2019.